

# Mulheres Portuguesas em Tempo de Guerra (1914-1918)

Natividade Monteiro

*Licenciada em História, Mestre em Estudos sobre as Mulheres e doutoranda em História Contemporânea. Professora de História e investigadora do IHC da FCSH-UNL prepara tese de doutoramento sobre "A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra". Faz parte da direção da Revista Faces de Eva. É membro dos órgãos sociais da APH - Associação de Professores de História, sócia da APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e membro do Conselho Consultivo do Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.*

## Resumo

Este artigo aborda o ativismo das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra, materializado em experiências de intervenção social nas áreas da educação, da organização hospitalar, da assistência a feridos, doentes e mutilados e do apoio material e moral aos combatentes. O contributo patriótico de monárquicas e republicanas para o esforço de guerra concretizou-se em obras semelhantes, num cenário contaminado pelas lutas partidárias e religiosas e numa conjuntura política em que os governos as apoiaram ou hostilizaram, consoante as ideologias e estratégias na condução da guerra. A colaboração das mulheres no projeto nacionalista da beligerância portuguesa será contextualizado no movimento do voluntariado feminino dos países em guerra, procurando estabelecer ligações e influências na ação desenvolvida na frente interna e na frente de combate.

## Abstract

### *Portuguese Women in a Time of War (1914-1918)*

*This article addresses Portuguese women's activism during the First World War through experiences of social intervention in the following areas: education; hospital organization; assistance to the wounded, the sick and the maimed; material and moral support to the combatants. The patriotic contribution of royalist and republican women to the war effort was achieved in similar areas, in a scenario that was contaminated by partisan and religious struggles and in a political situation in which the governments either supported or antagonised them, according to the ideologies and strategies applied to the conduction of war. Women's collaboration in the nationalistic project of Portuguese belligerence will be linked to the women's volunteer movement in warring countries, making it possible to establish linkages and influences in the actions developed both at the home front and in the frontlines.*

### Nota Introdutória

No contexto do centenário da Grande Guerra multiplicam-se as iniciativas institucionais e os estudos académicos que visam evocar acontecimentos, homenagear protagonistas e aprofundar o conhecimento sobre os múltiplos cenários e as diversas experiências humanas de um conflito que, pela violência, destruição, sofrimento e morte causados, é considerado um dos episódios mais traumáticos da história europeia. A igualdade das forças militares em presença impediu uma vitória rápida para qualquer dos lados e a estratégia de ofensivas que caracterizaram a guerra das trincheiras, em frentes tão extensas, exigiu a mobilização de milhões de homens. *“Guerre longue, guerre d’hommes et guerre de matériel, la Grand Guerre a besoin du concours des femmes”* (Thébaud, 2013, p. 39).

Falar da guerra remete-nos para as representações de um universo masculino, cujo protagonismo tem sido legitimado pelas opções historiográficas que geralmente excluem as mulheres da memória das experiências de guerra ou as remetem para capítulos à parte nas grandes obras de História (Fraga, 2003; Carreira, 2004). A História das Mulheres, em expansão a partir dos anos setenta do século XX, tem dedicado muitos estudos à temática do género e da guerra, tanto a nível das histórias nacionais como numa perspetiva comparada (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987; Thébaud, 1995, 2013; Grayzel, 1999, 2013; Fell e Sharp, 2007), enquanto em Portugal existem apenas alguns estudos dispersos (Pimenta, 1989; Moura, 2006; Esteves, 2011; Monteiro 2011, 2014, 2015). Este artigo pretende refletir sobre a forma como as mulheres se mobilizaram e se comprometeram com o projeto nacionalista da beligerância portuguesa, bem como identificar as influências estrangeiras e as relações das organizações femininas com o poder político e avaliar se a guerra foi ou não um momento de afirmação, autonomia e libertação.

### Mobilização e Recrutamento das Mulheres

*“Les hommes ont la lutte et la gloire et la mort.  
Nous avons le travail patient, calme et fort”.*<sup>1</sup>

Adrienne Blanc-Péridier

A mobilização de milhões de homens para a guerra impôs às mulheres o dever de se incorporarem também no trabalho de retaguarda. A Grande Guerra esbateu as fronteiras entre a frente de combate e a frente interna, tanto pelo envolvimento de militares e civis no conflito, como pela propaganda e manipulação psicológica das massas (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987, p. 1). Nos países ocupados, as mulheres sofreram as violações e a maternidade indesejada, as deslocações, o traba-

---

1 Versos de *“Travaux des femmes”* em *Le Cântique de la Patrie*, de Adrienne Blanc-Péridier (1918). Paris: Plon. Citado em Françoise Thébaud (2013, p. 57).

lho forçado e a morte. “Que fazer com o fruto do inimigo?”, interrogavam-se os especialistas nos debates sobre eugenia, concluindo ser lícito o aborto para que a raça francesa não fosse contaminada com o sangue alemão (Thébaud, 2013; Grayzel, 1999). Os homens foram para a guerra em nome da honra e da glória da Pátria e as mulheres asseguraram a manutenção da sociedade civil, ocuparam os lugares dos homens em todas as atividades económicas, assumiram a sobrevivência da família e a educação dos filhos, sofreram os racionamentos e as privações, apoiaram os combatentes e os prisioneiros, assistiram aos feridos e choraram os mortos.

A maioria dos governos dos países beligerantes demorou a reconhecer a necessidade do contributo das mulheres, enquanto elas se foram mobilizando espontaneamente para o trabalho voluntário ou remunerado, consoante a classe social, as necessidades económicas e os anseios de libertação e de autonomia conjugados com o espírito caritativo e o envolvimento emocional e patriótico. A Alemanha cedo reconheceu o *Nationaler Frauendienst*, com funções de exército feminino auxiliar na administração, assistência e aprovisionamento, com o apoio do *Bund Deutscher Frauenvereine*, enquanto a Itália recusou, apesar do *Comitato Nazionale Femminile per l'Intervento Italiano* ter sugerido que se recrutassem todas as mulheres entre os 14 e os 48 anos. Todavia, elas mobilizaram-se para todo o serviço necessário ao esforço de guerra. Em Portugal, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, pela voz de Ana de Castro Osório (1872-1935), sugeriu também ao governo a mobilização oficial das mulheres para substituir os homens, mas foi esta coletividade que o fez, officiosamente, através da “Inscrição Patriótica-Boletim de Adesão”, em Abril de 1916. Com a colaboração da imprensa, dos Governos Cívicos e das Subcomissões da Cruzada, as mulheres inscreviam-se, indicando o trabalho que pretendiam realizar a favor do esforço de guerra. A França contou com o apoio do *Conseil National des Femmes Françaises* e da *Union Française pour le Suffrage des Femmes* para o voluntariado feminino nos campos, nas fábricas, nos hospitais e na assistência. Também na Inglaterra, as organizações sufragistas *Women's Social and Political Union* e *National Union of Women's Suffrage Societies*, incentivaram a mobilização feminina para a causa belicista. Em todos os países beligerantes, as mulheres estiveram presentes na agricultura, na indústria, inclusive na indústria de armamento, nos transportes, na banca, na administração pública, no comércio, na saúde, na educação, na assistência social e nos serviços de apoio militar (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987; Thébaud, 1995, 2013; Grayzel, 2002; Fell e Sharp, 2007).

A Sérvia e a Rússia recrutaram as mulheres também para a frente de combate, destacando-se, respetivamente, a enfermeira-soldado Flora Sandes e a comandante dos Batalhões Femininos da Morte, Maria Bochkareva. Estes batalhões surgiram como suporte do governo provisório de Kerensky para dar uma lição aos homens desertores. Maria Bochkareva e Marina Yurlova já tinham combatido em batalhões masculinos (Grayzel, 1988, p. 55). Embora a ideia da mulher combatente repug-

nasse a todos os que recebavam a masculinização do sexo feminino, a Grã-Bretanha criou em 1917 o *Women's Army Auxiliary Corps* que reuniu 40 mil mulheres a prestarem serviço como mecânicas, condutoras, cozinheiras, dactilógrafas, telefonistas e secretárias, apesar das críticas e acusações de desonrarem o uniforme, renegarem o seu sexo e macaquearem os homens.

A mobilização para a enfermagem de guerra foi a mais consensual, porque o “cuidar” se ajustava aos papéis tradicionais das mulheres. Através da Cruz Vermelha, de associações femininas e instituições religiosas, muitas mulheres aderiram a uma profissão de mérito que conjugava a ajuda aos feridos de guerra e, por extensão, à nação, e lhes proporcionava liberdade, autonomia e reconhecimento social. A enfermeira foi, de longe, o mais visível emblema da Grande Guerra (Grayzel, 2013, p. 38). As três sociedades da *Croix-Rouge Française*, a *Société de Secours aux Blessés Militaires*, a *Union des Femmes de France* e a *Association des Dames Françaises* mobilizaram, em 1914, 23 mil diplomadas e em 1918 eram 100 mil as francesas ocupadas nos serviços de saúde militares, um número superior às 92 mil recrutadas pela Alemanha (Thébaud, 2013). A Grã-Bretanha, em que o mito de Florence Nightingale servia de modelo, recrutou também milhares de enfermeiras profissionais e voluntárias, exemplo seguido nos países da *Commonwealth* (Grayzel, 2013). Mais de meia centena destas enfermeiras prestaram serviço nos hospitais do Corpo Expedicionário Português (CEP), em Ambleteuse. A *Croce Rossa Italiana* recrutou 10 mil damas enfermeiras e as associações religiosas, feministas e filantrópicas recrutaram outras 10 mil que serviram em hospitais territoriais e de campanha, postos de socorros, ambulâncias e comboios sanitários (Bartoloni, 1998, 2003, 2005). O contributo das enfermeiras portuguesas foi bem mais modesto. Receberam formação na Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e na Cruzada das Mulheres Portuguesas e prestaram serviço nos hospitais de Lisboa, Porto e Lourenço Marques e em França, no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e nos Hospitais n.º 1 e n.º 2 do CEP, na base de Ambleteuse. Prestaram também serviço nos hospitais de sangue de primeira ou segunda linha e, na retaguarda, cuidaram de feridos, mutilados e doentes que convalesciam ou reaprendiam a viver e a trabalhar.

### **As Feministas entre o Nacionalismo e o Pacifismo**

A adesão das mulheres aos projetos belicistas dos governos nacionais não foi consensual. Houve uma minoria considerável de vozes pacifistas dissonantes que, apesar da censura e das perseguições, se reuniram na primavera de 1915 em dois congressos: o Congresso Internacional pela Paz, realizado em Berna pelas mulheres socialistas, lideradas por Clara Zetkin e Louise Saumoneau, e o I Congresso Internacional das Mulheres Pacifistas, realizado em Haia, ao qual compareceram 1.300 mulheres de países neutrais e beligerantes. Nesta reunião debateram-se as formas de alcançar a paz, a justiça e a igualdade de direitos políticos e fundou-se a Comis-

são Permanente para a Paz Futura que, em 1919, se transformou na Liga Internacional pela Paz e a Liberdade e que teve um papel relevante na Sociedade das Nações (Grayzel, 2002; Kuhlman, 2007). Sobretudo em França e na Alemanha, as pacifistas foram acusadas de traição e derrotismo e algumas foram presas. O julgamento de Hélène Brion, em Conselho de Guerra, é paradigmático. As feministas portuguesas, convidadas para o Congresso Pacifista, pela *International Women Suffrage Alliance*, não compareceram sob o argumento de que o pacifismo, naquela conjuntura, favorecia os interesses da Alemanha. Esta posição era consonante com a das feministas francesas que, enquanto a guerra durasse, não queriam ouvir falar de paz. Julie Siegfried e Avril de Saint-Croix, dirigentes do *Conseil National des Femmes Françaises*, publicaram um manifesto em que afirmavam não ser possível ser pacifista numa guerra puramente defensiva face ao “bárbaro” agressor alemão (Fell e Sharp, 2007, p. 53). Este manifesto foi publicado pelo jornal *A Semeadora*, como suporte da posição das portuguesas. Ana de Castro Osório também criticou as católicas que rezavam pela paz, afirmando que num país em guerra se devia rezar pela vitória, porque a paz sem vitória era inconcebível.

Em Portugal, as organizações femininas existentes no início da guerra identificavam-se com o feminismo republicano, maçónico e sufragista num movimento que emergiu no espaço público em 1906 pela via pacifista. Quando a guerra eclodiu, Maria Veleda (1871-1955), dirigente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ainda apelou à greve geral como meio de travar a barbárie do “imperialismo militarista, contrário aos valores da democracia, da liberdade, da paz e da igualdade dos povos, raças e sexos que há muito defendia” (Monteiro, 2011, p. 179). Perante o alastrar do conflito, defendeu a beligerância portuguesa, fiel ao programa radical do Partido Democrático. Na imprensa e na tribuna, adotou um discurso patriótico que apelava à unidade dos portugueses na defesa da integridade territorial, da identidade nacional e do reconhecimento e prestígio internacional do regime. Ana de Castro Osório, dirigente da Associação de Propaganda Feminista, que nunca aderiu ao pacifismo, encarava a guerra como a grande oportunidade para as mulheres mostrarem o seu valor, inteligência e capacidades de iniciativa na realização do trabalho ao serviço da Pátria e na construção de um futuro mais progressista, a fim de merecerem o reconhecimento social e político que há muito ambicionavam. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, dirigido por Adelaide Cabete, opôs-se inicialmente à guerra, mas por força das diretivas do *International Council of Women*, acabou por reconhecer imprópria a defesa do pacifismo.

À semelhança das feministas europeias, as portuguesas, pela voz das dirigentes mais emblemáticas, apoiaram o programa belicista do governo da União Sagrada ou conciliaram o pacifismo com o nacionalismo, enquanto a guerra durasse, afrouxando o movimento reivindicativo de direitos civis e políticos, nos quais se incluía o sufrágio feminino. Alison S. Fell e Ingrid Sharp (2007, p. 1) defendem que a Pri-

meira Guerra Mundial marcou o início da crise dos florescentes movimentos de mulheres na Europa e nos Estados Unidos da América e testou a força dos laços internacionais que se vinham tecendo desde os finais do século XIX. A guerra obrigou as militantes a optar entre o apoio ao seu país e a fidelidade à ideia dominante do “natural” pacifismo e da fraternidade internacional das mulheres. Também Françoise Thébaud (1995, pp. 68-69) conclui que as relações entre nacionalismo e pacifismo foram tensas e o nacionalismo venceu o pacifismo e derrotou o internacionalismo feminista como derrotou a internacional operária.

### **O Associativismo Feminino Republicano**

Aos primeiros ecos da guerra, Ana Castilho, Ana de Castro Osório, Antónia Bermudez e Maria Benedicta Mouzinho de Albuquerque Pinho fundaram a Comissão Feminina “Pela Pátria”, com o objetivo de fazer propaganda patriótica e mobilizar as mulheres portuguesas para a confeção de agasalhos e a recolha de donativos para os soldados e outras vítimas da guerra. Esta comissão nasceu na Associação de Propaganda Feminista, foi apoiada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e constituiu a base da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Outras feministas, como Maria Veleda, Filipa de Oliveira, Mariana Silva e Beatriz Pinheiro, acompanharam Leote do Rego na propaganda belicista, conferenciando em Lisboa e arredores. Antes de Portugal estar formalmente em guerra, foram enviados contingentes militares para as colónias africanas mas, na imprensa feminista, pouco se falava da guerra em África, ignorando as dificuldades que os combatentes ali enfrentavam. Todavia, as notícias sobre as “atrocidades” germânicas, bem como os apelos de solidariedade para com as mulheres belgas, francesas, polacas e sérvias, eram constantes, alinhando na propaganda da diabolização do inimigo. A imprensa feminista mantinha permutas com jornais de associações congêneres de toda a Europa, Brasil e América Latina, o que explica não só a circulação da informação mas também as ligações e as influências do movimento internacional. “O voluntariado feminino nos outros países em guerra constituiu exemplo e incentivo para as portuguesas que, partindo embora de diferentes motivações ideológicas e políticas, se mobilizaram e associaram em projetos de trabalho semelhantes” (Monteiro, 2014b, p. 15).

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, a mais emblemática associação feminina criada para apoiar o projeto intervencionista da União Sagrada, nasceu a 27 de março de 1916, pela mão de Elzira Dantas Machado (1865-1942), esposa de Bernardino Machado. Os estatutos apresentam-na como “instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitassem por motivo do estado de guerra com a Alemanha” e a Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho propunha-se “fazer obra de futuro”, porque o “futuro está nas mãos das mulheres, estando nas mãos das mães” (Osório, 1918). A cruzada

teve um núcleo fundador constituído por mulheres da elite republicana, esposas e filhas dos ministros do governo e dos partidos, sobretudo do Partido Democrático, cujos nomes mais sonantes presidiam às várias comissões e subcomissões, espalhadas pelo país, colónias e estrangeiro<sup>2</sup>. A cruzada uniu assim as republicanas sem experiência militante e as ativistas do associativismo feminista, como Ana de Castro Osório, que viria a ter grande destaque na direção da coletividade<sup>3</sup>. Esta dirigia *A Semeadora*, órgão de imprensa da Associação de Propaganda Feminista, dirigida por Elzira Dantas Machado que, também pertenceu, tal como as suas filhas, à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. *A Semeadora* transformou-se depois no órgão oficioso da cruzada, sendo enviado para a frente de combate. Outras associações femininas, feministas, maçónicas e beneficentes filiaram-se na cruzada, cumprindo-se deste modo a união das mulheres que se empenharam no esforço da guerra, tal como preconizava Ana de Castro Osório. Todavia, esta unidade excluía as monárquicas e católicas que trabalhavam noutra associação, mais de acordo com as suas crenças e ideais.

Muitas mulheres aderiram à cruzada para apoiar politicamente os maridos mas também porque acreditavam na relevância social do projeto a que se dedicaram, em nome dos interesses da Pátria. Outras conciliaram o nacionalismo com as aspirações de emancipação e valorização feminina. O governo apoiou a cruzada e delegou nas suas dirigentes poderes e responsabilidades que só a ele cabiam: organizar e assegurar a assistência material, moral e sanitária aos combatentes, famílias e órfãos. Esta atitude poderá dever-se às reivindicações femininas de maior intervenção social e mais direitos cívicos e políticos, mas também porque essas funções eram consideradas próprias das mulheres. Elas participaram na propaganda republicana e na defesa do regime, antes e depois da implantação da República e, apesar de os sucessivos governos ignorarem a reivindicação do voto, mais uma vez se entregaram às novas tarefas que a guerra exigia.

O governo concedeu à cruzada direitos e privilégios que só pertenciam à Cruz Vermelha pela Convenção de Genebra, cedeu-lhe edifícios, autorizou-a a lançar uma lotaria patriótica e isentou-a de franquia postal, regalias que negou ao associativismo monárquico e católico, o que lhe valeu acesas críticas da oposição. Pelo decreto n.º 2493, a cruzada podia formar enfermeiras, transportar e prestar cuidados de saúde aos feridos de guerra, tanto na retaguarda como na frente de combate. A Comissão de Hospitalização, presidida por Alzira Abreu Costa, fundou o Hospital de Campolide, com 1.200 camas, hospital modelo e centro de produção científica e de ensino médico-cirúrgico e de enfermagem, sob a direção do Dr. Francisco Gen-

---

2 Ver nomes das fundadoras, presidentes das comissões e sócias em Monteiro (2011). As ligações familiares podem ser vistas em Moura (2006).

3 Ver nomes das feministas que aderiram à cruzada em Monteiro (2011).



til. A mesma comissão instalou um Hospital de Recuperáveis em Hendaia, cuja organização se deve ao Professor Dr. Sílvio Rebelo, dirigido posteriormente pelo Dr. Gomes de Moura. Instalado no Casino Hotel de Hendaia, recebeu convalescentes dos Hospitais n.º 1 e n.º 2 da Base do CEP em Ambleteuse e empregou enfermeiras da Cruzada das Mulheres Portuguesas e da Cruz Vermelha Portuguesa. A Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados, presidida por Ester Norton de Matos, fundou o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra em Arroios. Dirigido pelo Dr. Alfredo Tovar de Lemos, tinha oficinas próprias de próteses, usou as mais modernas técnicas de recuperação e formou enfermeiras com competências específicas para cuidar e reabilitar os mutilados. A Comissão de Enfermagem, presidida por Maria Isabel Mesquita de Carvalho e secretariada por Ana de Castro Osório, foi autorizada, pelo decreto n.º 3306, a criar uma escola de enfermeiras para hospitais militares do país e de corpos expedicionários que funcionou sob a direção da médica Sofia Quintino. O decreto n.º 3307 conferia às enfermeiras recrutadas para os serviços auxiliares de saúde militar a equiparação a Alferes e às enfermeiras-chefes a equiparação a Tenentes, com os mesmos direitos e deveres. As enfermeiras da cruzada, após a formação teórica, estagiaram e prestaram serviço nos hospitais da Estrela, Belém, Campolide e Arroios e, em França, nos Hospitais do CEP, em Ambleteuse e Hendaia.

A Comissão de Assistência às Mulheres dos Mobilizados, presidida por Maria Joana Queiroga de Almeida, fundou a Casa do Trabalho destinada a ensinar uma profissão e a empregar as mulheres que, na ausência dos homens, se transformaram no “ganha-pão” da família. Esta casa, criada à semelhança das que existiam em França, fornecia lojas e casas particulares, confeccionava a roupa branca dos hospitais e tinha uma creche para os filhos das operárias. A Comissão de Assistência aos Filhos dos Mobilizados em Campanha criou orfanatos, a Escola Profissional n.º 1, as Escolas Agrícolas e as Escolas de Rendas para habilitar as raparigas para o exercício de uma profissão. A cruzada estabeleceu uma rede de 72 subcomissões que secundavam a sua ação na província, nas colónias e no estrangeiro. As mulheres das elites emigradas no Brasil representavam a cruzada na Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria, fundada em março de 1916 no Rio de Janeiro, e com filiadãs em muitas cidades. Os portugueses do Brasil foram dos maiores contribuintes financeiros para as obras de Guerra da Cruzada, da Cruz Vermelha e da Casa dos Filhos dos Soldados.

De França chegou também a ideia das madrinhas de guerra. Monárquicas e republicanas organizaram-se para proporcionar a todos os combatentes apoio moral e material, através da correspondência e de pequenos mimos, como tabaco, agasalhos, alimentos, livros, revistas, jogos e instrumentos musicais. As monárquicas, sob a presidência de Sofia Burnay de Mello Breyner e a colaboração de Jane Bensaúde, anteciparam-se na organização da obra das madrinhas de guerra, o



que levou o/as republicano/as a acusá-las de proselitismo religioso (Moura, 2006, p. 64). Ana de Castro Osório apressou-se a anunciar publicamente que a cruzada era a verdadeira “madrinha de guerra de todos os soldados e das famílias que se lhe dirigem”, considerando que as republicanas saberiam melhor cumprir o dever de fazer dos combatentes bons cidadãos ao serviço da Pátria (Osório, 1918, p. 82).

A elite republicana feminina portuense aderiu à Junta Patriótica do Norte e formou o Núcleo Feminino de Assistência Infantil, sob a presidência de Filomena Nogueira de Oliveira, com a finalidade de organizar e gerir a Casa dos Filhos dos Soldados. Constituído por 21 mulheres assumidamente democratas e patriotas e apoiado por mais de 500 subscritoras, encarregou-se do acolhimento, educação e formação profissional dos órfãos da guerra, promoveu atividades culturais para angariar fundos e mobilizou a sociedade nortenha para apoiar o orfanato e participar nas manifestações cívicas em homenagem à memória dos que caíram em combate. A Casa dos Filhos dos Soldados acolheu 172 órfãos e garantiu-lhes a instrução primária e complementar, a educação moral e cívica e os lazeres indispensáveis à saúde do corpo e satisfação do espírito. Incutiu-lhes também o espírito de união, solidariedade e utilidade social (Monteiro, 2014a).

### **O Associativismo Monárquico e Católico**

Com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, as monárquicas e católicas anteciparam-se às republicanas e anunciaram a formação de uma associação, “sem cor política” e com fins caritativos, intitulada Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra. Dirigida pela Condessa de Burnay, Maria Amélia de Carvalho Burnay (1848-1924), que depois cedeu o lugar à Condessa de Ficalho, Maria Josefa de Mello (1863-1941), contava com os nomes mais sonantes da aristocracia e da alta burguesia, como Alcáçovas, Breyner, Mafra, Palmela, Pinto Basto, Rio Maior, Ulrich e Vanzeller, entre outros, conotados com os grandes negócios e a alta finança. Propunha-se a Assistência apoiar as vítimas da guerra e criar hospitais e cursos de enfermagem para assistir aos feridos em combate. O suporte masculino da associação era Tomás de Mello Breyner, um dos promotores da campanha a favor da assistência religiosa aos combatentes, o que suscitou dúvidas quanto às verdadeiras intenções da coletividade (Moura, 2006). O governo temeu a influência que esta poderia exercer numa sociedade já tão dividida quanto à guerra, ordenou uma apertada vigilância às suas atividades e não a autorizou a formar enfermeiras, obrigando as associadas e simpatizantes a frequentar os cursos da Cruz Vermelha. A partir de Maio de 1916, são muitas as mulheres da aristocracia a frequentar os cursos de enfermagem, de modo que a Cruz Vermelha, apesar das reticências iniciais de alguns membros do governo, será a primeira instituição a enviar uma formação sanitária para França que incluiu damas-enfermeiras.

A assistência foi apenas autorizada a criar obras de beneficência, em consonância com os valores “ancestralmente transmitidos” (Pimenta, 1989) e preservados por esta classe social. A inovação na intervenção pública e responsabilidades sociais do Estado estaria reservada às republicananas, símbolos da modernidade e do progresso que se pretendia imprimir ao país. Coartadas nos seus anseios, as monárquicas limitaram-se à criação da Casa Maternal, da Casa da Assistência e de um Dispensário que fornecia consultas médicas, alimentos e medicamentos às famílias mais necessitadas. Os núcleos das capitais de província e sedes de concelho replicavam estas obras caritativas e as Festas da Flor, outro ponto de rivalidade entre monárquicas e republicananas. Genoveva de Lima Mayer Ulrich foi a grande dinamizadora das Festas da Flor que mobilizaram cerca de 1.200 mulheres em Lisboa, Porto e Coimbra. Com as verbas recolhidas, ela propôs ao governo sidonista a fundação de um hospital para os soldados que regressassem psicologicamente afetados pelas experiências de guerra (Stone, 2011).

### **As Organizações Femininas e o Poder Político**

A cruzada foi tratada como parceira do governo no que toca à propaganda da guerra e ao apoio aos combatentes, famílias e órfãos. Seria do governo o dever de providenciar as estruturas de apoio ao esforço de guerra mas as mulheres anteciparam-se a qualquer iniciativa governamental e mobilizaram-se para assumirem essa responsabilidade. O governo delegou funções mas condicionou o campo da ação feminina, consoante as simpatias políticas e ideológicas. A liberdade de monárquicas e católicas foi limitada e controlada por receio de que a sua influência social e religiosa pudesse ressurgir. O projeto de assistência hospitalar concretizou-se em parte, graças à participação direta ou indireta nos serviços de saúde da Cruz Vermelha. Esta instituição tinha na direção nomes das mais distintas famílias e foi sempre apoiada pelas elites, de modo que os conflitos ideológicos e religiosos irão refletir-se também nas relações entre o governo e a Cruz Vermelha. Esta foi condicionada nas suas funções, poderes e autonomia para conceber e gerir projetos próprios no contexto da guerra. O governo colocou-lhe entraves quando concedeu à cruzada direitos e benefícios que eram exclusivo seu pela Convenção de Genebra. As negociações para a construção do hospital em França foram dificultadas tanto por políticos como por militares que, aparentemente enredados em burocracias, tudo protelavam e nada decidiam, de modo que o hospital só foi inaugurado a 9 de abril de 1918, data da Batalha de La Lys. Esta inoperância foi criticada publicamente por alguns dirigentes da Cruz Vermelha e pela oposição política (Monteiro, 2014b).

O sidonismo alterou a relação de forças vigente. A cruzada foi denegrida e as mulheres, ligadas por laços familiares ao anterior governo, foram politicamente perseguidas, forçando algumas ao exílio com os respetivos maridos. A Comissão de

Enfermagem perdeu autonomia, os hospitais foram tomados pelo Estado e a cruzada perdeu poderes e campo de ação. A Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra ganhou novo fôlego, visto a presidente, Condessa de Ficalho, ser admiradora e colaboradora assídua de Sidónio Pais. A vertente de cidadania política de que se revestiu a ação da primeira fase parece ter-se diluído nas obras de caridade, identificadas com as sopas dos pobres. As relações das mulheres com o poder político estiveram sujeitas às variações ideológicas dos governos e respetivas estratégias na conduta da guerra. O programa intervencionista da União Sagrada e o “triunfo da contramobilização” do sidonismo (Meneses, 2000) marcaram a ação de republicanas e monárquicas na medida em que umas e outras foram apoiadas ou hostilizadas, incentivadas ou restringidas, na sua ação pública de intervenção social e política (Monteiro, 2014b).

### **Conclusões**

A conquista do espaço público com o inerente reconhecimento social e político, permitiu às mulheres, na conjuntura da guerra, ocupar lugares e desempenhar funções que foram além do permitido e aceite em tempos de paz. Os políticos conferiram a esta situação um carácter provisório, enquanto as mulheres esperavam manter os postos de trabalho, a independência económica, a autonomia e a liberdade de ação que a guerra lhes permitiu. Todavia, elas continuaram reféns das políticas da guerra e do pós-guerra. Os combatentes, potenciais elementos disruptivos, tinham de ser reintegrados nos postos de trabalho, na sociedade e na família e, as mulheres deviam assegurar que esse regresso à normalidade se fizesse em clima de paz social, regressando ao lar e aos deveres da maternidade para repor a população, salvar a raça e regenerar a nação.

Resta a questão: até que ponto as novas experiências foram emancipadoras e em que medida o empenho na causa patriótica foi recompensado em direitos cívicos e políticos? Os estudos realizados concluem que as reais mudanças na vida das mulheres dependeram mais dos contextos políticos, sociais e culturais de cada país do que da guerra. A esperada recompensa pelo empenho e sacrifícios femininos não foi linear. O direito de voto, máxima expressão da cidadania política, foi-lhes concedido em alguns países ainda durante a guerra ou no seu rescaldo, enquanto outros o sonegaram até à Segunda Guerra Mundial ou até à década de 70, como no caso português. As experiências de guerra foram, pelo menos, emancipadoras para as jovens que beneficiaram de mais educação e do trabalho remunerado que lhes permitiu libertarem-se da tutela familiar, construir uma nova identidade e redefinir as relações sociais de género.

## Referências

- Bartoloni, S., 2005. *Donne nella Croce Rossa Italiana. Tra guerra e Impegno sociale*. Venezia: Marsilio Editori.
- Bartoloni, S., 2003. *Italiene alla Guerra: L'assistenza ai feriti 1915-1918*. Venezia: Marsilio Editori.
- Bartoloni, S., 1998. *Donne al Fronte. Le Infermiere Voluntarie nella Grande Guerra*. Roma: Jouvence.
- Blanc-Péridier, A., 1918. *Travaux des Femmes. Le Cantique de la Patrie*. Paris: Plon.
- Carreiras, H., 2004. As Mulheres e a Guerra. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, dir., *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 174-245.
- Esteves, J., 2011. Feminismo, Feminismos e Sufragismos na I República. In: Z. O. de Castro, J. Esteves e N. Monteiro, coord., *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa, Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 19-46.
- Fell, A. S., 2007. 'French Women do not wish to talk about peace': Julie Siegfried and the Response of the Conseil National des Femmes Françaises to the First World War. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 53-66.
- Fell, A. S.; Sharp, I., 2007. Introduction. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 1-17.
- Fraga, L. A. de, 2003. Organizações Femininas Portuguesas. In: A. Afonso e C. M. Gomes, dir., *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Grayzel, S. R., 2013. *Women and the First World War*. New York: Routledge.
- Grayzel, S. R., 1999. *Women's Identities at War. Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during the First World War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Hinonnet, M. R.; Jenson, J.; Michel, S.; Weitz, M. C., 1987. *Behind the Lines. Gender and the two World Wars*. New Haven and London: Yale University Press.
- Kuhlman, E., 2007. The 'Women's International League for Peace and Freedom' and Reconciliation after the Great War. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 227-243.
- Meneses, F. R. de, 2000. *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Monteiro, N., 2015. Mulheres e Cidadania na I República. Mobilização e Migração na Guerra 1914-1918. In: M. M. Aguiar, G. Guedes e A. Santiago, coord., *40 Anos de Migrações em Liberdade*. Lisboa: Mulher Migrante-Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, pp. 28-34.
- Monteiro, N., 2014a. Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte. In: J. Esteves e Z. O. de Castro, dir., *Feminae: Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), pp. 771-779.

- Monteiro, N., 2014b. As Mulheres Portuguesas e a Grande Guerra, *AmPHora*. Revista de Divulgação Histórica da Associação dos Professores de História, pp. 14-22. Lisboa: APH.
- Monteiro, N., 2011. “Pela Pátria e pela República”: As Mulheres Republicanas na I Guerra Mundial. In: J. Esteves, N. Monteiro e Z. O. de Castro, coord., *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 178-215.
- Moura, M. L. de B., 2006. A Assistência aos Combatentes na I Guerra Mundial – Um Conflito Ideológico. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, pp. 41-75. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pimenta, M. T. V., 1989. As Mulheres Portuguesas na Guerra de 1914-1918. In: Actas do Seminário *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*. Cadernos Condição Feminina n.º 29. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, pp. 81-86.
- Stone, M. E., 2011. Vivências Monárquicas. In: *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 125-144.
- Thébaud, F., 2013. *Les Femmes au temps de la guerre de 14*. Paris: Editions Payot et Rivages.
- Thébaud, F., 1995. A Grande Guerra. O Triunfo da Divisão Sexual do Trabalho. In: G. Duby e M. Perrot, orgs., *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX* (Vol. V). Porto: Edições Afrontamento.